

A atividade empresarial está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico de uma sociedade. Vários registros são necessários para a constituição de novas empresas, sendo o principal, aquele que irá proporcionar a certidão que declara sua existência legal: o registro na Junta Comercial. A pesquisa pretende, com base nos dados colhidos das Juntas Comerciais, do próprio DNRC, da legislação vigente e das informações disponibilizadas pelo Banco Mundial através do projeto “Doing Business”, analisar o atual desenho institucional do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis, procurando apontar como estão dispostas as relações jurídicas de seus órgãos e qual seria o modelo mais eficiente para o desenvolvimento dessa atividade. As regras e formas de procedimento devem ser trabalhadas levando em conta servirem de estímulo a instituição de novas empresas, e, conseqüentemente, do desenvolvimento do mercado e do bem estar social. A pesquisa parte do entendimento de que a má regulamentação dos registros mercantis acarreta o surgimento de custos de transação à atividade empresaria. Normas e procedimentos demasiadamente burocráticos, por vezes demorados e que requerem o pagamento de taxas elevadas acabam por dificultar e até desestimular a instituição de novas atividades empresarias. O presente estudo utilizará como enfoque principal a análise econômica do Direito. Ronald Coase introduziu o conceito de custos de transação e afirmou que qualquer interação econômica requer o uso de recursos pelas partes. Douglass North, por sua vez, refere que as instituições de um país são fatores de grande importância para o seu desenvolvimento. Afirma North que “as instituições são a regras do jogo”, tanto as formais quanto as informais, são elas instrumentos de incentivos à economia. O mercado de uma nação é reflexo das oportunidades conferidas pelas instituições.